

## A constituição das escolas confessionais católicas femininas no Piauí no século XX: Os Colégios das Irmãs<sup>1</sup>

Samara Mendes Araújo Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Para a educação, o século XX começou com a disputa entre liberais e católicos pelo controle ideológico e formal das instituições escolares. E quando tratamos especificamente da educação feminina não escapamos às contradições e disputas, pois o mesmo século que assistiu à conquista de novos espaços sociais pelas mulheres por conta do acesso crescente à educação formal, em seu início fez deste acesso à educação uma forma de controle social e cerceamento de espaços de atuação da mulher. Neste contexto a Igreja católica tomou então a educação como instrumento de evangelização, mas também como meio de formação de defensores de seus interesses na sociedade civil. No Piauí, temos a fundação de vários Colégios destinados à educação feminina, mas apenas dois conseguiram manter uma longevidade que completou a marca de mais um século neste último ano. Utilizando documentos produzidos pelos Colégios das Irmãs, apresentamos o processo de constituição de duas destas instituições de ensino: os Colégios das Irmãs Savinianas – Colégio Sagrado Coração de Jesus (Teresina) e Colégio Nossa Senhora Graças (Parnaíba) – e historocizamos alguns aspectos dos primeiros anos de suas atividades pedagógico-educativas, com o intuito de apontar como de se desenvolvia no século passado a ação educacional confessional católica direcionada as mulheres.

**Palavras-chave:** História da Educação, Instituição Confessional, Colégios Católicos, Educação Feminina, Século XX.

**Abstract:** For education, the twentieth century began with a dispute between liberals and catholics by formal and ideological control of the schools. And when we deal specifically with female education not escape the contradictions and disputes, because the same century that saw the conquest of new social spaces for women because of the increased access to formal education in his early access to education made this a form of social control and curtailment of women's performance spaces. In this context the Catholic Church then took education as a tool for evangelization, but also as a means of training for defenders of their interests in civil society. In Piaui, we have the foundation many colleges for the education of women, but only two managed to maintain a longevity that completed another century mark this past year. Using documents produced by the Colleges of Sisters, we present the process of setting up two such institutions: the Colleges of Sisters Savinianas - College Sacred Heart of Jesus (Teresina) College and Our Lady of Graces (Parnaíba) - storytelling and some aspects of the early years their pedagogical and educational activities, with the aim of pointing as it developed in the last century educational action directed confessional Catholic women.

1

<sup>2</sup> Possui graduações em: História (1998), Comunicação Social-Jornalismo (2003) e Teologia (1999). Especialista em História SócioCultural-UFPI (2000). Mestra em Educação pela UFPI-Piauí (2007). Doutora em Educação Brasileira pela UFC-Ceará (2010). Desenvolvendo Estágio Pós-Doutoramento no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR-Paraná, na **Linha de Pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade:** reflexão e sentimento na História e desenvolvendo atividades de estudos e pesquisas no **Grupo de Pesquisa História da Alimentação:** história, cultura e sociedade. Atualmente é professora adjunto I do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

**Key-words:** History of Education, Confessional Institution, Catholic Schools, Feminine Education.

## **THE CONSTITUTION CONFESSIONAL CATHOLIC SCHOOL IN THE PIAUINESE SOCIETY IN TWENTIETH CENTURY: The Sisters Colleges**

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Para a educação, o século XX começou com a disputa entre liberais e católicos pelo controle ideológico e formal das instituições escolares. E quando tratamos especificamente da educação feminina não escapamos às contradições e disputas, pois o mesmo século que assistiu à conquista de novos espaços sociais pelas mulheres por conta do acesso crescente à educação formal, em seu início fez deste acesso à educação uma forma de controle social e cerceamento de espaços de atuação da mulher.

Centrando a nossa atenção na ação educacional da Igreja Católica no Brasil, ação esta que se tornou instrumento de atuação da Igreja no seio da sociedade brasileira e que visava corroborar com a evangelização, além de minimizar a influência do pensamento liberal nas estruturas sociais do país, verificamos a expansão das instituições educacionais confessionais católicas e suas repercussões, por meio da fundação de Colégios destinados a juventude católica feminina e masculina. No Piauí, temos a fundação de vários Colégios destinados à educação feminina, mas apenas dois conseguiram manter uma longevidade que completou a marca de um século neste último ano. Neste artigo apresentamos o processo de constituição destas instituições de ensino: os Colégios das Irmãs e alguns aspectos dos primeiros anos de suas atividades pedagógico-educativas.

### **A AÇÃO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA PARA O BRASIL NO SÉCULO XX**

Segundo Moura (2000), nos últimos anos do século XX ocorreu um decréscimo no número de escolas católicas no Brasil, especialmente, os cursos de ensino fundamental sentiram a retirada gradativa da presença da Igreja Católica. Mas, ao contrário do que ocorreu progressivamente desde o último quartel do século passado, a Igreja Católica, no Brasil, iniciou o último século com um movimento de franca e alardeada expansão de instituições

escolares pelo país, pois, conforme Moura (2000, p. 93), é a partir da Proclamação da República (1889) que cresce vertiginosamente o “número de novas congregações religiosas que vieram radicar-se no Brasil, muitas delas seriamente empenhadas no ideal da educação.”

Neste contexto inicial de expansão dos institutos religiosos dedicados à educação em inícios do século XX, assistimos, também, a alteração das relações entre Estado e Igreja, por conta do novo regime que se instala no Brasil e que finda o regime de Padroado<sup>3</sup>. A Igreja autônoma por força da Constituição promulgada em 1891, perdeu a credencial de religião oficial do país, mas ganhou mais liberdade de atuação nas diferentes esferas sociais,

prova disso foi o aumento progressivo do número de circunscrições eclesiásticas (arquidioceses, dioceses, prelazias e prefeituras apostólicas) no Brasil de 1889 a 1930. De 1890 a 1900, as dioceses passaram de 12 para 19; de 1900 a 1910, de 19 para 41; de 1910 a 1920, de 41 para 59; e, de 1920 a 1930, de 59 para 88 dioceses. (MOURA, 2000, p. 93).

Alie-se a isto, “o processo de recomposição institucional” (NUNES, 2000, p. 491) da própria Igreja Católica no país o qual visava a “clericalização” do catolicismo brasileiro, ou seja, tornar indispensável à rotina religiosa dos fiéis a presença da figura do padre – e conseqüentemente da Igreja Católica Oficial – por meio de uma ação religiosa centrada nos sacramentos, excluindo-se assim a importância política e religiosa das Irmandades<sup>4</sup>, comandadas por leigos.

Neste processo de reordenamento institucional, a Igreja Católica brasileira, tendo a necessidade de um público mais receptivo às novas normas, “torna as mulheres um alvo privilegiado” (NUNES, 2000, p. 491), passando a desenvolver ações e projetos específicos dirigidos à população feminina católica, tais como as associações femininas de piedade, escolas para meninas, dentre outras. Tal ação da Igreja visava tornar mais aceitável as idéias reformistas e a preservação dos espaços político-religiosos daquela instituição, através da ação feminina, pois “na educação religiosa familiar, as mulheres estavam presentes influenciando na formação do espírito religioso de seus filhos e filhas” (NUNES, 2000, p. 490), então, educar as mulheres brasileiras conforme os preceitos do catolicismo emanados do Concílio de

---

<sup>3</sup> Conforme determinava a Constituição Imperial Brasileira a religião oficial do Brasil era o catolicismo e a Igreja no país estava subordinada diretamente às ordens e ao controle imperial.

<sup>4</sup> Desde o período colonial, devido à escassez de clérigos, “os dois núcleos de organização e transmissão das crenças e práticas religiosas eram as irmandades ou confrarias leigas e as famílias” (NUNES, 2000, p. 490). Isto faz com que no Brasil, as Irmandades adquirissem poder político e religioso, e, em contrapartida fragilizavam institucionalmente a Igreja Católica.

Trento<sup>5</sup> era assegurar a “manutenção do modelo familiar cristão tradicional” (NUNES, 2000, p. 495). Para empreender esta tarefa de educar os jovens na fé cristã, a Igreja Católica brasileira solicitou o apoio de religiosos estrangeiros, por isto neste período é crescente o número de Ordens e Congregações Religiosas que vieram fixar-se no país.

No Império, duas congregações femininas iniciam aqui suas atividades: as Filhas da Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir de 1891, intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras, em sua maioria francesas e italianas. Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações européias se estabelecem em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado com os doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades. (NUNES, 2000, p. 492).

Neste momento de abertura de novos espaços de atuação social<sup>6</sup>, chegam em 1903, as Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena<sup>7</sup>, atuando inicialmente na cidade de Belém (Pará), onde seis irmãs fundam o Colégio Santa Catarina de Sena dando “início às atividades de formação cristã, alfabetização e trabalhos manuais para as crianças pobres” (HISTÓRICO DO COLÉGIO SANTA CATARINA DE SENA, 2005, p. 1).

Outro elemento, neste contexto, que contribuiu para o aumento da iniciativa e presença da Igreja Católica no setor educacional, foi a supressão do ensino religioso<sup>8</sup> do curriculum das escolas oficiais, medida legal, também sustentada pela Constituição de 1891 e pelo pensamento laicizante que começava a fincar raízes na sociedade brasileira. No esteio da exclusão do ensino religioso nas escolas oficiais e da afirmação da laicidade do ensino oficial – única alteração de fato promovida pela República naquele momento no sistema educacional brasileiro – abriu-se espaço para a disputa entre o pensamento liberal (geralmente vinculado à grupos maçônicos) e o católico pelo controle do sistema educacional particular, único

---

<sup>5</sup> Reunião de bispos e cardeais da Igreja Católica, ocorrida de 1545 a 1563, na cidade italiana de Trento. Definiu as principais ações da Igreja Católica contra a expansão do movimento da Reforma Protestante. As principais definições deste Concílio foram: estabelecer a idade mínima para o sacerdócio (25 anos); instituição de seminários destinados à formação dos clérigos; definição dos sete sacramentos; fortalecimento da autoridade pontifical; adoção do latim como língua litúrgica; determinação do celibato clerical.

<sup>6</sup> Na Europa, em consequência da difusão dos ideais da Revolução Francesa e de sua ideologia laicizante, ocorreram conflitos políticos e ideológicos entre a Igreja e os Estados europeus, o que dificultou e, em alguns momentos impediu a atuação social de religiosos e religiosas. “As Congregações encontram então na vinda para o Brasil uma solução para esse problema, mostrando-se motivadas pela idéia da ‘missão’ em terra estrangeira e legitimando, oportuna e religiosamente, o êxodo da Europa” (NUNES, 2000, p. 492).

<sup>7</sup> A Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena foi fundada em Sena na Itália, em 08 de setembro de 1873, pela Bem Aventurada Savina Petrilli, seu carisma fundamenta-se na espiritualidade assemelhar-se a Cristo como Sacerdote e Vítima, servindo aos irmãos e na educação da infância e juventude pobre e abandonada.

<sup>8</sup> Esta medida atinge também as faculdades de direito de Recife e de São Paulo que têm que retirar de seus cursos as cadeiras/disciplinas de direito canônico e eclesiástico, em 14 de novembro de 1890, por conta do Decreto nº 1036-A.

realmente estruturado no início da República. Disputa esta que não se pautava no modelo e nas técnicas educacionais adotadas por um ou por outro grupo, mas, sim, na postura ideológica e modelo de cidadão defendida por cada grupo.

Para a Igreja Católica, a educação e fé são indissociáveis, “educar é formar cristãmente as pessoas” (PASSOS, 2002, p. 185), então, a educação católica

em linhas gerais, teve por princípio formar as inteligências para a verdade. O objetivo central era garantir a formação religiosa e a educação da fé. A concepção que orientava o pensamento cristão, num primeiro momento, baseava-se na teoria do pecado original. Todo processo formador do ser humano é um processo de volta àquela imagem do homem perfeito, criado por Deus. Ou seja, não se trata de construir um novo ser, mas de voltar ao ser perfeito, destruído pelo pecado. A inspiração deste princípio era agostiniana e articulava as categorias de graça e pecado. (PASSOS, 2002, p. 187).

Enquanto para os defensores do pensamento liberal, a educação

é vista como sendo o veículo integrador das gerações às novas condições de um mundo em mudança. Ela deve organizar-se como instrumento de adaptação às situações novas de um meio social essencialmente dinâmico. Neste sentido a educação é tão imprescindível que do seu sucesso ou não, depende o crescimento ou perecimento da civilização (...) a educação é também a própria condição do humanismo tecnológico. Ela é tida como maior e o mais difícil problema proposto ao homem, já que ela deve formar o espírito e a unidade da nação, restabelecer o equilíbrio social e aproximar cada vez mais os homens. (CURY, 1984, p. 80-81).

Mas, a despeito desta disputa,

o esforço da Igreja no campo da educação parece ter tido êxito. Nos anos de 1930, cerca de 80% dos estudantes secundários do país se encontram em escolas particulares, sendo que a maior parte deles pertence à Igreja. Por volta de 1931, (...), há poucas escolas primárias, mas três quartos das 700 escolas secundárias eram católicas (MOURA, 2000, p. 99).

Diante do quadro que se desenhava para a Igreja Católica no Brasil, podemos afirmar que “a partir da era republicana a promoção da escola católica passou a constituir outro componente importante da ação pastoral da Igreja” (AZZI apud MOURA, 2000, p. 100). Tanto que, em 1931, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, o ensino religioso – de caráter facultativo – voltou a fazer parte do currículo das escolas oficiais, nos cursos primário, secundário e normal, e, em 1934 e em 1937, as Constituições então promulgadas ratificam “a educação religiosa dentro do horário escolar e o Estado podia subvencionar as

escolas católicas (art.153)” (MOURA, 2000, p. 121). Durante a Era Vargas, a Igreja, apesar de concentrar suas ações educacionais nos cursos primário, secundário, normal e técnico comercial, começa a voltar-se, também, a educação de nível superior, fundando inclusive “a primeira escola católica de serviço social, também a primeira desse gênero no Brasil” (MOURA, 2000, p. 130), que foi a Escola de Serviço Social<sup>9</sup> de São Paulo, em 1936, criada pelo Centro de Estudos e Ação Social. Outras instituições são criadas:

em 1940 é criada a Faculdade de Filosofia do Recife pela Congregação Santa Dorotéia do Brasil. Também em 1940 foi fundado, no Rio de Janeiro, o núcleo de duas faculdades, que possibilitariam no futuro a criação de uma universidade católica: a Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade Católica de Direito, que se converteriam, em 1946, na PUC do Rio. Em 1944 foi fundada em Curitiba a Escola de Serviço Social, pela Ação Social do Paraná, estruturada como sociedade civil. Em 1945, criou-se a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, e em Natal surgia a Escola de Serviço Social de Natal, que, embora pertencendo à Juventude Feminina Católica, tinha personalidade jurídica e patrimônios próprios. (MOURA, 2000, p. 131).

No Piauí a iniciativa da Igreja Católica para instalação de ensino superior se concretiza em 1958 com a criação da Faculdade de Filosofia em Teresina.

Ainda no que se refere à atuação de católicos no campo da educação é importante ressaltar a instalação no final de 1945 da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), que congregou as escolas particulares católicas e passou a veicular orientações para a atuação uniforme das escolas católicas.

Em 1946 é promulgada uma nova Constituição para o Brasil, esta mantém o ensino religioso como disciplina regular nas escolas oficiais, mas de matrícula facultativa ao aluno. Contudo, é no setor da educação superior que a ação da Igreja Católica se torna mais contundente a partir deste ano, pois foram criadas e/ou reconhecidas: Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1948); Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1950); Universidade Católica de Pernambuco (1952); Universidade Católica de Campinas (1955); Faculdade de Filosofia de Teresina (1958); Universidade Católica de Minas Gerais (1958); Universidade Católica de Goiás (1959); Universidade Católica do Paraná (1960); Universidade Católica de Pelotas (1960); Universidade Católica de Salvador (1961); Universidade Católica de Petrópolis (1961).

---

<sup>9</sup> A segunda Escola de Serviço Social no Brasil foi criada, também, por iniciativa da Igreja Católica em 1937 no Rio de Janeiro, sob o patrocínio de Dom Sebastião Leme e por iniciativa de Alceu Amoroso de Lima e Stela Faro.

Em 1961, em se tratando de educação, a Igreja voltou-se para a educação de jovens e adultos, criou-se com o objetivo de promover a alfabetização de adultos, o Movimento de Educação de Base (MEB) que se erigia:

sobre o tripé da escolarização, grupalização e animação popular, o MEB se propunha a: transmitir a educação de base às regiões subdesenvolvidas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, através de programas radiofônicos com recepção organizada; criar em torno de cada escola uma vida comunitária, despertando nos alunos o espírito de iniciativa e responsabilidade social; velar pelo desenvolvimento social, econômico e espiritual do povo de cada região, preparando a comunidade para as indispensáveis reformas que necessariamente viriam a surgir. (MOURA, 2000, p. 141).

Para empreender suas ações o MEB utilizou-se da rede de emissoras católicas e em março de 1961, o presidente Jânio Quadros assegura ao MEB o fornecimento de recursos financeiros para o empreendimento da educação de adultos.

Em 1967, sob o governo dos militares o Brasil ganhou uma outra Constituição, que ao referir-se à educação, traz uma inovação e avanço em relação à anterior, pois estabelece o ensino obrigatório a todas as crianças de sete aos quatorze anos. E, em se tratando do ensino religioso o mantém como sendo disciplina obrigatória dos curriculum do grau primário e médio, mas de matrícula facultativa ao aluno.

Cabe-nos, aqui, lembrar que a partir de 1965, a Igreja passou a orientar as suas atividades na área educacional, pelos preceitos não mais do Concílio de Trento e, sim por aqueles emanados do Concílio do Vaticano II, que aprova a “Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude” (20/10/1965) na qual afirma “a gravíssima importância da educação na vida do ser humano e seu reflexo cada vez maior no progresso social do nosso tempo” (MOURA, 2000, p. 152-153) por isso a Igreja deve se interessar pela educação e pronunciar-se sobre esta porque cabe a Ela cuidar “de toda a vida do homem, mesmo da terrena enquanto está relacionada com a vocação celeste, assim tem a sua parte no progresso e ampliação da educação.” (MOURA, 2000, p. 153). Nesta nova proposta de educação cristã, a Igreja procurou conciliar “os progressos da psicologia, pedagogia e didática” (MOURA, 2000, p. 153) com a intenção de fazer com que os batizados “se tornem cada vez mais conscientes da fé que receberam.”(MOURA, 2000, p. 154). O Concílio reiterou a primazia da escola, enquanto instituição mister na tarefa de educar os jovens, por isto afirmava que deveriam ser livres os pais para escolherem a escola que desejavam que seus filhos estudassem. Portanto, ao enfatizar esta liberdade de escolha dos pais, o Concílio reiterou a necessidade precípua da manutenção de escolas católicas, pois acreditava que, dentro da sociedade civil, “a presença

da Igreja manifesta-se de modo particular por meio da escola católica” (MOURA, 2000, p. 154). Para dar cumprimento àquilo proposto pelo Concílio, por meio da Declaração sobre a Educação Cristã da Juventude, os colégios católicos passaram por profundas modificações,

tais como a adoção do regime da coeducação, admitindo alunos de ambos os sexos e a consagração de maior empenho na formação integral de alunos e alunas, incluindo a formação sexual, o acompanhamento psicológico e a formação social e profissional. (MOURA, 2000, p. 155).

Mas, em se tratando de educação, algo permanece idêntico ao início do século, é a certeza de que o processo de educação é uma continuidade do processo de evangelização, ou seja, educar, continua sendo um dos veículos alternativos para preservação da fé cristã e da posição da Igreja enquanto instituição norteadora das práticas cristãs. Então as escolas católicas devem “formar simultaneamente bons cristãos e bons cidadãos” (MOURA, 2000, p. 159).

Apesar das alterações pelas quais passaram as escolas confessionais católicas ao longo do século XX, podemos depurar da proposta educacional da Igreja Católica, as seguintes linhas mestras:

- um ensino que evita a massificação e pautado numa grade curricular tida como de excelente nível acadêmico;
- um quadro de profissionais com alto índice de qualificação e baixo índice de rotatividade;
- uma estrutura de serviços e de equipamentos auxiliares, bastante sofisticada e considerada como atual e eficaz;
- uma ‘aura’ de respeitabilidade e credibilidade;
- uma pedagogia inspirada e inspiradora de comportamentos de cunho liberal;
- uma assistência religiosa ‘discreta’, onde ser católico não implica em ser católico praticante. (CRESPO, 1991, p. 145).

Seguindo esta proposta, “os colégios religiosos, por sua vez, veiculam uma educação de caráter fortemente conservador, centrada na manutenção do modelo familiar cristão” (NUNES, 2000, p. 495), onde professor e aluno assumiam papéis previamente estabelecidos na instituição escolar, porque ao primeiro é dada a autoridade da posição e dos conhecimentos do qual é portador, e ao segundo cabe ser orientado e conduzido à construção de práticas e vivências cristãs e cidadãs.

## **AS ESCOLAS CONFESSIONAIS CATÓLICAS PARA MULHERES NO PIAUÍ: OS COLÉGIOS DAS IRMÃS**

A criação das instituições escolares católicas piauienses insere-se dentro do contexto geral de expansão das atividades educacionais da Igreja Católica em território brasileiro. Pois conforme a análise feita por contemporâneos à fundação destes,

Colégios Católicos, seja do sexo masculino que feminino, deram em breve tempo, os melhores resultados quanto à instrução assinalada pela virtude que neles é ensinada e é capaz de instilar no coração da juventude nobres sentimentos de amor a Deus, ao próximo, à religião e à Pátria. (CHEGADA DAS IRMÃS À TERESINA PIAUÍ-BRASIL, s/d, p.20).

Embora conhecidos popularmente sob o mesmo codinome *Colégio das Irmãs* e dirigidos por religiosas oriundas de uma mesma Congregação – Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena – estas instituições são autônomas entre si, fato que fica tácito na existência de diretoras/superioras diferentes, mas, também, é fato que as duas escolas seguem, em linhas gerais, a mesma proposta pedagógica, a que é definida pela Congregação como pedagogia saviniana<sup>10</sup>.

O processo de constituição da educação católica em território piauiense, com a implantação dos colégios confessionais femininos e masculinos, não é resultado dos esforços isolados deste ou daquele grupo ligado à Igreja Católica, mas sim a consolidação das ações da Igreja que visavam minimizar a influência social e cultural – além de política – dos pensadores e intelectuais maçônicos. Estas ações ganharam mais impulso com o Bispo D. Joaquim Antonio de Almeida<sup>11</sup> que governou a Diocese de Teresina de 12 de março de 1906 a 02 de novembro de 1910. No transcurso de sua gestão instalou o Seminário e o Colégio Diocesano, em Teresina, destinados à educação de rapazes, e, solicitou o auxílio<sup>12</sup> da Congregação Italiana das Irmãs Pobres de Catarina de Sena para a abertura de escolas destinadas a educação das mulheres piauienses, sendo prontamente atendido. Em outubro de 1906 foi aberto o Colégio Sagrado Coração de Jesus em Teresina, e em junho de 1907 foi inaugurado o Colégio Nossa Senhora das Graças em Parnaíba.

---

<sup>10</sup> A referência saviniana corresponde à princípios e proposta educacional elaborada por Madre Savina Petrilli, fundadora e superiora da Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena. Segundo esta pedagogia, educar as crianças e as jovens é uma missão e esta deve ser cumprida “sob o prisma dos valores cristãos” (HISTÓRICO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, s/d, p. 2).

<sup>11</sup>D. Joaquim Antonio de Almeida atuava como clérigo no Rio Grande do Norte, com 37 anos de idade foi nomeado como o primeiro Bispo para a Diocese de Teresina, a designação foi feita pelo Papa Pio IX através da bula *Cunctis ubique pateat* de 14 de dezembro de 1905. (BISPOS E ARCEBISPOS DA ARQUIDIOCESE DE TERESINA, 2006, p. 1).

<sup>12</sup> O Bispo envia à Madre Geral da Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena, Savina Petrilli, no ano de 1906, pedido para fundar um Colégio dedicado à educação da juventude feminina piauiense primeiramente em Teresina, e, em uma segunda solicitação pede a fundação de um Colégio nos mesmos moldes na cidade de Parnaíba.

No contexto das disputas político-religiosas entre Igreja e Maçonaria, a iniciativa de D. Joaquim com a fundação de colégios católicos<sup>13</sup> consolidava o cumprimento de suas funções episcopais – reforçar a presença mais contundente da Igreja Católica no seio da sociedade piauiense – que buscava formar desde cedo o pensamento e o comportamento dos fiéis, pois os momentos de formação moral-religiosa dos fiéis não seriam mais restrito às missas e celebrações, confissões ou preparações para o recebimento dos sacramentos, os fiéis – com a instalação dos colégios – disporiam agora de instituições confiáveis para educar seus filhos e filhas. Assim,

para a Igreja, a instrução religiosa visava à formação das gerações nascentes, dentro do ideal católico. Era pela educação católica que a sociedade seria salva do abismo dos equívocos modernos, pois a formação religiosa era a única capaz de combater tais erros e guiar as futuras gerações no caminho do bem, da moral e dos bons costumes cristãos. Ressaltava-se a necessidade de combater uma educação sem Deus. “A religião deve ser a base da educação, presidindo-a para cessar de ser uma educação falsa e manca”. O pai de família não deveria entregar a formação de seus filhos a educadores ímpios, que os afastariam da religião, aprendendo considera-la com indiferença. A instrução sem religião estaria fadada à falsidade, seria desastrosa, sem moral, uma vez que a base de toda a educação deveria ser buscada na religião católica. A educação sem Deus estaria minada de preconceitos funestos, depravados, de hábitos venenosos. Era preciso formar a criança com base na Religião. [...] Somente a educação religiosa seria capaz de regular e limitar as ambições, dominar as paixões nocivas e fortificar a vontade na prática do bem. (PINHEIRO, 2001, p. 64-66)

Inicialmente, os Colégios funcionaram tendo as religiosas italianas como professoras, centrando-se na “formação religiosa das alunas e ao ensino de trabalhos manuais, música, pintura e rudimentos de línguas estrangeiras (italiano e francês)” (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, EVOLUINDO, REFORMANDO-SE E REAFIRMANDO-SE, 1973, p. 1), uma vez que as irmãs falavam italiano e compreendiam pouco o português.

A primeira dificuldade enfrentada na instalação dos Colégios no Piauí foi a comunicação, pois as irmãs designadas para atuar aqui vieram diretamente da Itália, embora já houvesse desde 1904 irmãs da mesma Congregação instaladas em Belém do Pará. Para Teresina foram designadas as irmãs: Edvige Pescucci (superiora), Cristina Daddi, Zita Gavilli, Vicenza Pratolongo, Orsola Bindi e Tecla Doro; enquanto para Parnaíba foram encaminhadas as irmãs: Annunziata Amália Petri (superiora), Maria Guzzarri, Maria Laura Giovine e Josefina Taccini. Esta dificuldade persistiu nos primeiros anos, o que afetou a situação

---

<sup>13</sup> Ainda na gestão de D. Joaquim foi instalado o Colégio Diocesano em Parnaíba que funcionou, nesta primeira fase, por apenas três anos; e engendrado esforços – embora ineficazes – para vinda dos religiosos Salesianos com a finalidade de fundar colégios católicos em São João do Piauí, Parnaíba, Picos e Corrente.

funcional dos Colégios que atuavam junto a um número ainda reduzido de alunas, “as irmãs estudavam o idioma, mas ainda não dominavam o difícil português, mesmo assim desejavam a ampliação da comunidade educativa.” (HISTÓRICO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, s/d, p. 1).

A ampliação tão desejada pelas irmãs italianas tem um outro empecilho, o local de funcionamento, os Colégios haviam dado início a suas atividades em casas cedidas por membros da comunidade católica local, sendo estas inadequadas para o atendimento de um número maior de alunas. Em Teresina, a primeira sede do Colégio das Irmãs e também local de residência das religiosas foi uma pequena casa cedida pelo Dr. João Elias Martins situada na Rua Bela<sup>14</sup>, depois transferiram-se para o local Tabajara<sup>15</sup> de propriedade do Monsenhor Joaquim Lopes, até que em fins do ano de 1906, recebem de Leocádio José Santos a doação de terreno<sup>16</sup> e de “casa térrea, de piso de tijolo, para elas habitarem e abrirem uma escolinha”(COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, EVOLUINDO, REFORMANDO-SE E REAFIRMANDO-SE, 1973, p. 1). Já em 1906 é iniciada a construção do novo prédio para abrigar o Colégio, somente concluída em 1930. A área da sede da Congregação das Irmãs Pobres de Santa Catarina de Sena é ampliada em 5 de outubro de 1909 com a aquisição de terreno contíguo e de propriedade do Bispo de Teresina, D. Joaquim Antonio de Almeida, pelo valor de quinhentos e quinze mil réis. Quanto ao Colégio de Parnaíba teve duas sedes, a primeira na mesma casa modesta em que residiam as irmãs, e a segunda, local da atual sede, em terreno comprado do Sr. Bernardo Borges Leal pelas irmãs, em 30 de junho de 1911 e situado à praça Santo Antônio, tendo sua construção iniciada em 30 de dezembro de 1918, passando em 1924 pela primeira reforma devido ao alagamento provocado pela enchente daquele ano e que afetou as estruturas do prédio do Colégio.

A construção das sedes dos Colégios das Irmãs foi possível devido a campanhas de doação de recursos financeiros, materiais e mão-de-obra empreendidas durante toda a primeira metade do século XX, pelas religiosas, suas alunas e ex-alunas junto a comunidade católica local. Nestas campanhas deram contribuições de particulares e representantes dos governos estadual e municipal. Considerando o empenho das religiosas e de suas alunas e somando-se a isto a invocação de que o auxílio às obras dos Colégios se constituía num gesto cristão e de caridade, tais campanhas tinham um grande poder de mobilização da comunidade

---

<sup>14</sup> Atual Rua Teodoro Pacheco.

<sup>15</sup> Atualmente no Local Tabajara encontra-se o Convento dos Capuchinhos. Este local também já abrigou o Colégio São Francisco de Assis.

<sup>16</sup> O terreno recebido em doação constitui parte da atual sede do Colégio Sagrado Coração de Jesus -Teresina, na Avenida Frei Serafim.

local, incluindo-se aí as ex-alunas dos referidos Colégios, que mesmo residindo fora do Estado prestavam auxílio ao seu Colégio, tal como ocorreu na época da construção da Capela do Colégio de Teresina, em 1925, em que a “ex-aluna, Anita Burlamaqui, agora esposa de um grande médico estava arrecadando em São Paulo, ajuda para a nossa Capela.” (MEMÓRIAS... DO COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS DE 1906 A 1933-FATOS PRINCIPAIS, s/d, p. 32) e enviou cheque no valor de setecentos mil réis às Irmãs através de sua irmã Áurea, esta também aluna do Colégio.

As escolas confessionais católicas femininas piauienses, foram paulatinamente, agregando valores pedagógicos e melhorando a qualidade do ensino oferecido a suas alunas, tanto que em 1925 o Colégio de Teresina ampliou seu quadro docente, antes restrito às religiosas, com a contratação do Dr. Daniel Paz para lecionar Língua Portuguesa, e, em 1928 a mesma atitude é adotada pelas irmãs do Colégio de Parnaíba que contratam professoras normalistas para lecionar Língua Portuguesa.

Outro ponto relativo ao ensino que é relevante mencionar é o que concerne aos níveis e cursos oferecidos pelos Colégios, pois este era no início de suas atividades educacionais apenas o Curso Primário e aulas livres eminentemente práticas e voltadas para a aprendizagem de atividades vinculadas diretamente à condução das lidas domésticas, tais como: pintura, bordado, corte e costura para recém-nascidos, canto, estas se constituíam, também, em aulas voltadas para o refinamento estético das mulheres piauienses. Mas a partir dos anos 30, os Colégios começaram a expandir suas atividades educacionais com a oferta dos seguintes Cursos, em Teresina: Curso Normal (1931), Jardim de Infância (1934), Curso Ginásial (1938), Curso Técnico em Comércio (1954), Curso Científico (1959); em Parnaíba: Curso Normal (1934), Curso Técnico em Comércio (1935), Curso Ginásial (1936), Jardim da Infância (1960) e Curso Científico (1985).

Considerando que os dois Colégios das Irmãs enquadram-se na categoria de escolas particulares, pois havia a cobrança de anuidade às alunas que variavam de acordo com o Curso ou aulas escolhidas para freqüentarem, mas também são religiosos, “dedicavam-se não só as filhas dos mais abastados, mas também aquelas mais pobres que se achegavam a elas” (HISTÓRICO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, s/d, p. 1). Para tanto ambos os Colégios mantinham escolas gratuitas, anexas às escolas principais. Em Teresina foi instalada a Escola Santa Inês, no mesmo prédio do Colégio Sagrado Coração de Jesus, a distinção entre as alunas era feita através do uniforme escolar que era diferenciado. Em Parnaíba foi instalada a Escola São José no prédio do Colégio Nossa Senhora das Graças, a

distinção entre as gratuitas e as pagantes era feita através das salas de aulas, havia salas distintas para cada categoria de aluna.

“Permanecendo fiel à tradição de ser fonte e berço de uma educação à luz dos valores religiosos” (HISTÓRICO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, s/d, p. 3), os Colégios também fundaram organizações religiosas que funcionavam nas suas dependências, como por exemplo: Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria, Aspirantado.

Podemos afirmar, então, que os Colégios Confessionais Católicos femininos piauienses reiteravam fielmente a máxima da educação católica de formar bons cristãos (no caso do Colégio das Irmãs, boas cristãs) e bons cidadãos, tanto que em 1973, ao preparar seu próprio histórico, o Colégio das Irmãs de Teresina cita que o seu grande valor perante a sociedade da cidade e do Estado do Piauí é “constatado pelo testemunho de suas ex-alunas, a grande maioria das mães de família teresinenses, dando o melhor de si mesmas nos mais variados setores sociais da Capital do Piauí e de cidades circunvizinhas” (COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, EVOLUINDO, REFORMANDO-SE E REAFIRMANDO-SE, 1973, p. 1). Enquanto, o Colégio das Irmãs de Parnaíba divulga, naquele mesmo ano, que o Colégio tratava-se de “uma instituição educativa, com o objetivo de dar à juventude formação integral, afim de prepará-la ao perfeito conhecimento de seus deveres para com Deus, a Igreja e a Pátria”. (DADOS GERAIS DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS ALUSIVAS AO CURSO PEDAGÓGICO, 1973, p. 1).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início do século XX, no cenário nacional havia um embate entre as elites laicas e religiosas em busca de espaços políticos e sociais, foi dentro deste contexto que assistimos ao crescimento do número de escolas tanto laicas quanto confessionais, pois ambos os grupos acreditavam que a educação seria o caminho mais rápido para assegurar o desenvolvimento do país, e, no Piauí, vivemos nas primeiras décadas daquele século um surto de implantação de escolas, e nesta, onda empolgante de difusão do ensino foram instaladas no Piauí os Colégios Confessionais Católicos para mulheres e homens. É necessário, então, frisar que os Colégios Confessionais Piauienses são resultantes de um processo nacional de expansão e fortalecimento das ações da Igreja Católica e não mérito da ação isolada dos religiosos radicados no Estado.

Uma constatação importante que também se desprende da análise da história dos Colégios das Irmãs, é a progressiva ampliação dos anos de escolaridade ofertados às mulheres

piauienses. Pois, iniciamos o século XX, com as mulheres tendo acesso a apenas o curso primário, e, chegamos à metade daquele século (1959) com o crescimento do número de mulheres que se preparava para ingressar nos cursos superiores. Este fator demonstra a alteração do comportamento feminino e de suas famílias que passaram a investir progressivamente na formação intelectual das mulheres piauienses.

## Referências

- BISPOS e Arcebispos da Arquidiocese de Teresina. Disponível em: <[http://www.arqui-the.org.br/exibe\\_news.php?cod=83&menu=2.htm](http://www.arqui-the.org.br/exibe_news.php?cod=83&menu=2.htm)>. Acesso em: 9 fev. 2006.
- COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. **Histórico do Colégio Nossa Senhora das Graças**. Parnaíba. s/d. (mimeografado)
- \_\_\_\_\_. **Dados Gerais do Ginásio Nossa Senhora das Graças Alusivos ao Curso Pedagógico**. Parnaíba. 1973.(manuscrito)
- COLÉGIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Chegada das Irmãs a Teresina (Piauí-Brasil)**. Teresina. s/d. (mimeografado).
- \_\_\_\_\_. **Colégio Sagrado Coração de Jesus, evoluindo, reformando-se e reafirmando-se**. Teresina. 1973. (mimeografado)
- \_\_\_\_\_. **Memórias ... Do Colégio Sagrado Coração de Jesus de 1906 a 1933 – Fatos Principais**. Teresina. s/d. (mimeografado)
- CRESPO, Samyra B. Serpa. Os colégios católicos de elite e algumas questões postas pela chamada “educação libertadora”. IN: PAIVA, Vanilda (org). **Catolicismo, educação e ciência**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- Histórico dos 100 anos de fundação “Colégio Santa Catarina de Sena”. Disponível em: <<http://www.cscs.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 3 nov. 2005.
- MOURA, Pe. Laércio Dias de Moura. **A educação católica no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. IN: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 482-509.
- PASSOS, Mauro. Entre a fé e a lei: o pensamento educacional católico no período republicano (1889-1930). IN: LOPES, Ana Amélia Borges Magalhães; GONÇALVES, Irlene Antonio; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. (Orgs). et al. **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002 p. 183-196.
- PINHEIRO, Áurea da Paz. **As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

Recebido em: 26 de novembro de 2012

Aprovado em: 22 de janeiro de 2013

